



Projeto de Resolução n.º 1110/XIII/3.ª

Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma equipa de intervenção psicológica de resposta aos incêndios que deflagraram na zona Centro e Norte do país, afectando os distritos de Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Braga e Leiria

Em meados do mês de Outubro do presente ano, deflagraram, em Portugal, centenas de incêndios em várias regiões, os quais provocaram, de acordo com o último balanço da ANPC, 45 mortos e cerca de 70 feridos. O dia 15 de Outubro foi considerado pelas autoridades como o pior dia de incêndios do ano, tendo sido registada a ocorrência de mais de 500 fogos. As regiões mais afectadas foram os distritos de Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Braga e Leiria, sendo a maior parte das vítimas mortais dos distritos de Coimbra e de Viseu. Esta é a segunda situação mais grave de incêndios com mortos em Portugal, depois de Pedrógão Grande, em junho deste ano, em que um fogo alastrou a outros municípios e provocou, segundo a contabilização oficial, 64 mortos e mais de 250 feridos. Para além da perda de vidas humanas regista-se, ainda, a destruição de várias habitações e fábricas, existindo igualmente danos irreparáveis ao nível da floresta, nomeadamente na Serra do Caramulo e na Mata do Pinhal de Leiria.

Por força desta tragédia, os habitantes das regiões afectadas pelos incêndios encontram-se numa situação bastante fragilizada. Estes viveram momentos de pânico no combate às chamas, tentando salvar os seus bens, muitas vezes desconhecendo o paradeiro dos seus familiares. Infelizmente, muitos foram ainda confrontados com a perda de familiares e amigos. Muitos perderam a sua casa, as suas culturas e os seus instrumentos de trabalho, deixando pessoas que pouco têm e que, em muitos casos vivem da terra, em situação de desespero. Muitas fábricas arderam, existindo actualmente muitas pessoas na região sem emprego e com grande incerteza em relação ao futuro.

Inicia-se agora o processo de reconstrução da região. Este não passa apenas pela construção de edificações e recuperação da natureza perdida. Este passa também, e em especial, por ajudar

as pessoas a recuperarem da perda e a reorganizarem a sua vida, a qual ficou destabilizada com a tragédia. No fundo, trata-se de devolver às pessoas a vida que muitas sentem que perderam.

Neste âmbito, os psicólogos têm um papel crucial, com uma intervenção que garante elevados resultados, em especial quando actuam com maior proximidade dos cidadãos. Tendo em conta a situação, vemos este apoio como essencial, o qual deve ser feito tanto junto das pessoas afectadas pelos incêndios, como junto dos profissionais que actuaram no seu combate.

Recentemente, foi noticiado pela comunicação social que entre os dias 15 e 17 de Outubro, as equipas de psicólogos do INEM realizaram 126 assistências às vítimas e familiares dos incêndios que atingiram a zona Centro, bem como a bombeiros que entraram em crise psicológica devido ao sentimento de impotência contra o fogo. Os familiares das vítimas mortais receberam as primeiras atenções dos psicólogos, que as apoiaram à medida que iam identificando os mortos. No caso dos bombeiros, vários foram os que manifestaram sinais de crise psicológica, provocada pelo "sentimento de impotência" face à dimensão dos incêndios.

Uma reportagem transmitida pela SIC no passado dia 19 de Outubro, na qual foram entrevistados bombeiros da região de Santa Comba Dão, demonstrou com clareza a falta de apoio psicológico que estes têm. Confessam sentir-se impotentes, com medo e em muitos casos com dificuldades em gerir as emoções e lidar com as críticas. Os bombeiros entrevistados admitem não ter apoio psicológico, mas confessam que este seria essencial.

Não podemos esquecer que no período entre 2000 e 2017, 53 operacionais combatentes perderam a vida como resultado directo dos incêndios florestais. Assim, para além do stresse e risco associado ao cumprimento da missão, é importante que os bombeiros tenham acompanhamento psicológico que os permita lidar com a perda de um colega, a qual será certamente muito difícil de ultrapassar sem ajuda.

A situação é dramática sobretudo se olharmos para a distribuição de psicólogos em cuidados de saúde primários, por ARS e por ACES. Na ARS Norte, onde se inclui, por exemplo, o distrito de Braga, existem 70 psicólogos para uma população de 3.102.143, existindo no ACES de Braga 9 psicólogos. Em relação à ARS do Centro, onde se inclui a maior parte das regiões afectadas pelos incêndios, existem apenas 26 psicólogos para uma população de 1.670.498. A título de exemplo, e tendo em conta as regiões mais afectadas e nas quais se verificou a existência de um maior número de vítimas mortais, no ACES do Baixo Mondego, cuja área de influência corresponde aos concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure, existem apenas 8 psicólogos e no ACES do Dão Lafões, cuja área de influência corresponde aos concelhos de Aguiar da Beira,

Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, existem apenas 4 psicólogos.

Assim, porque a resposta na região não é suficiente, propomos a criação de uma equipa de raiz, com profissionais especializados e vocacionados para o tratamento destes casos. O tempo mínimo de presença desta equipa não poderá ser inferior a 3 anos, tendo em conta que a trágica situação vivida terá repercussões significativas durante os próximos meses, que tenderão a estender-se por um período não inferior a 3 a 5 anos. É presumível que as necessidades sentidas no início serão maiores e que, ao longo do tempo, o número de profissionais no terreno poderá diminuir, devendo o Governo, em parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, definir os pressupostos da intervenção. Os profissionais deverão ainda ter à sua disposição meios que permitam a sua deslocação no terreno, possibilitando a cobertura de todas as pessoas afectadas.

Este acompanhamento reveste particular importância junto das populações mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com psicopatologia prévia, pessoas com deficiência e também junto daqueles que perderam os seus meios de subsistência, bem como junto dos bombeiros que actuaram nestes incêndios, os quais estão fragilizados com a tragédia e solicitam este acompanhamento.

Face ao exposto, consideramos que a criação e instalação de uma equipa de intervenção psicológica no centro do país contribuirá para a melhoria das condições de saúde mental das populações afectadas, em especial daquelas que se encontram em situação de especial vulnerabilidade, constituindo um excelente meio de resposta à tragédia que assolou a região, colmatando a falta de resposta existente em termos de cuidados de saúde primários.

Nestes termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que:

Na sequência dos incêndios que deflagraram na zona Centro e Norte do país, com destaque para os distritos de Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Braga e Leiria, promova, ouvindo a Ordem dos Psicólogos Portugueses, a criação de uma equipa de intervenção psicológica de resposta aos incêndios para apoio às populações e aos Bombeiros presentes no combate aos fogos, por um período não inferior a três anos, a qual deverá ter ao seu dispor meios de deslocação no terreno para uma maior proximidade às populações afectadas.

Assembleia da República, 27 de Outubro de 2017.

O Deputado,

André Silva